

Comdema determina suspensão de obra da Prefeitura

Serviço é realizado em Área de Proteção Permanente no Itajaí; Conselho pede apuração ao MP

Por Moara Semeghini

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Campinas (Comdema) determinou a suspensão cautelar imediata de obras realizadas pela Prefeitura de Campinas em uma Área de Preservação Permanente (APP) no Parque Itajaí IV, na região do Campo Grande. A medida foi oficializada por meio da Resolução nº 01/2026, publicada em 20 de maio, após denúncias de intervenções com maquinário pesado em área que abriga nascentes e a Horta Comunitária do Parque Itajaí, na Rua Doutor Pedro Miguel.

Segundo o Comdema, há indícios de que a intervenção estaria sendo realizada pela Administração Municipal sem a apresentação de licenciamento ambiental, autorização para intervenção em APP e estudos de impacto ambiental. O conselho também encaminhou um despa-

cho à 12ª Promotoria de Justiça de Campinas pedindo acompanhamento do caso e apuração de possíveis crimes ambientais.

A denúncia foi apresentada pelo conselheiro José Antônio de Oliveira, representante da Associação de Moradores do Jardim Miranda e Parque Beatriz. No requerimento protocolado em 19 de maio, ele relata que moradores denunciaram obras para implantação de equipamentos esportivos, como quadras e campos de futebol, dentro da área de preservação localizada na Rua Dr. Pedro Miguel, no Conjunto Habitacional Parque Itajaí IV.

De acordo com o documento, máquinas da Prefeitura já estariam atuando no local, provocando movimentação de terra e que as intervenções têm causado danos considerados irreversíveis às nascentes da região.

Questionada pelo **Correio da Manhã**, a Prefeitura não respondeu ao principal questionamento



Tratores atuam em Área de Preservação Permanente no Parque Itajaí IV, em Campinas

da reportagem: se há licenciamento ambiental e autorização legal para intervenção na APP. A administração afirmou que o início das obras está previsto para o final do mês de maio de 2026 porém imagens obtidas pela reportagem mostram que as máquinas e tratores já estão atuando no local.

Em nota, a administração municipal informou que a obra faz parte de um projeto urbanístico e paisagístico para implantação de área de lazer no Parque Itajaí e afirmou que o projeto “atende a pedido do Ministério Público”. A Prefeitura também foi questionada, mas não esclareceu a qual procedimento, recomendação ou atuação do Ministério Público se refere ao afirmar que o projeto “atende a pedido do MP”.

“A Prefeitura Municipal de Campinas foi lá e fez uma intervenção na área de preservação permanente, aparentemente sem licença ambiental. E a gente, o

Comdema, está requerendo essas licenças, os estudos de impacto ambiental, as ordens de serviço que permitiram que essa obra fosse feita ali”, afirma o presidente do conselho, Tiago Fernandes de Lira. “É uma obra ilegal, até porque se a obra tem licença, essa licença tem que estar no local da obra, tem que ter uma placa com o número da licença, isso é legislação”, explica Lira.

A área afetada abriga a Horta Comunitária do Parque Itajaí, projeto criado por decreto municipal em 2003, composto e mantido por trabalhadores vinculados ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Segundo o Comdema, além da produção de alimentos, os cooperados desenvolvem ações de preservação ambiental e proteção das nascentes existentes na APP.

Na resolução, o conselho cita o princípio da precaução e destaca que a área já é alvo de um Inqué-

rito Civil Público que investiga ocupações irregulares na região. Entre as medidas determinadas pelo Comdema estão: a suspensão imediata de qualquer obra ou movimentação de solo na APP; o envio, pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, do projeto executivo da obra, ordens de serviço, licenciamento ambiental e autorizações para intervenção na área; a abertura de processo administrativo para vistoria técnica emergencial; a discussão pública do projeto com moradores e cooperados da horta comunitária. Em despacho encaminhado ao MP, o presidente do Comdema solicitou que a Promotoria adote medidas para garantir a paralisação das obras e apure responsabilidades civis, administrativas e criminais de agentes públicos envolvidos. O documento afirma que as intervenções ocorreriam “ao arrepio absoluto do ordenamento jurídico ambiental” e sem anuência do conselho.

Hospital PUC-Campinas tem superlotação de 390% e alerta sobre pressão na saúde

Por Moara Semeghini

Um comunicado divulgado pelo Hospital PUC-Campinas acendeu mais um alerta sobre a situação da rede hospitalar de Campinas. Em nota enviada à imprensa, o hospital informou que o Pronto-Socorro Adulto do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta um cenário de superlotação, operando com ocupação 390% acima da capacidade instalada. Segundo o hospital, atualmente há 18 pacientes que necessitam de cuidados intensivos e outros 47 acomodados em macas nos corredores da unidade. A instituição afirma que a situação é resultado da alta demanda por atendimento.

Diante do cenário, o Hospital PUC-Campinas informou que não possui condições seguras para re-

ceber novos encaminhamentos via SUS e solicitou à Regulação Municipal que avalie o direcionamento de pacientes para outras unidades de saúde “garantindo a continuidade e a segurança da assistência”. O hospital pediu apoio da imprensa para orientar a população a buscar outras unidades da rede de saúde.

Após a divulgação do comunicado, a reportagem procurou outros hospitais públicos e redes de saúde da cidade para obter informações sobre a situação da ocupação hospitalar em Campinas.

O Hospital PUC-Campinas já havia emitido um alerta semelhante há exatamente um mês. Na ocasião, a unidade informou que o pronto-socorro operava com lotação de 360% acima da capacidade instalada. O **Correio da Manhã** vem acompanhando a



Hospital PUC-Campinas/Divulgação

Hospital PUC-Campinas opera com 390% da capacidade

situação dos hospitais públicos de Campinas e o aumento da pressão sobre a rede de saúde do município.

A Rede Mário Gatti informou que as unidades municipais trabalham atualmente com ocupação

entre 95% e 100%, mas afirmou que nenhum paciente que necessita de internação fica sem assistência. Segundo a rede, os hospitais operam em sistema de “porta aberta”, recebendo pacientes continuamente.

Em média, cerca de 30 pacientes recebem alta e outros 30 são internados diariamente em cada hospital municipal, o que gera alta rotatividade nos leitos.

A Prefeitura informou também que o Hospital Metropolitano será construído pelo Estado em área doada pela Prefeitura de Campinas. O edital da licitação para a obra foi lançado pelo governo estadual em abril. A administração municipal tem a ampliação de leitos SUS como uma das prioridades do governo e está em constante negociação com hospitais privados e com o Estado.

A reportagem também procurou o Hospital de Clínicas da Unicamp para comentar a situação da ocupação hospitalar na unidade. Até o momento, o hospital não enviou posicionamento. O espaço segue aberto para manifestação.